

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NAS OBRAS DA ROTA BIOCEÂNICA: IMPACTOS E DESAFIOS

Autor(res)

Giselle Marques

Mikaela Paes Fugita

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

Introdução

O licenciamento ambiental, instituído pela Lei nº 6.938/81, é um instrumento fundamental de prevenção e controle de danos ambientais, que estabelece limites à execução de obras ou atividades com potencial de causar impactos ao meio ambiente.

Sua importância fica mais evidente no contexto de obras lineares, como a Rota Bioceânica, que são capazes de atravessar extensos territórios e impactar em diversos ecossistemas diferentes, exigindo uma avaliação rigorosa dos seus efeitos.

No aspecto ambiental, os desafios são múltiplos. A Rota atravessa ecossistemas de elevada relevância, como o Pantanal, o Chaco paraguaio e regiões do Cerrado, que apresentam biodiversidade singular e fragilidades diante das pressões antrópicas desordenadas.

Portanto, o licenciamento ambiental das obras da Rota deve ser entendido como etapa essencial não apenas para garantir a legalidade do empreendimento, mas assegurar que os benefícios econômicos não se sobreponham ao direito ao meio ambiente equilibrado.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do licenciamento ambiental em obras como a Rota Bioceânica, de modo a sopesar os impactos ambientais e socioeconômicos de empreendimentos de grande porte. O presente resumo visa fornecer uma compreensão das complexidades que envolvem o licenciamento ambiental de empreendimentos como a este, buscando-se fornecer uma visão crítica sobre o tema

Material e Métodos

A metodologia adotada para a elaboração do presente resumo expandido pautou-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Inicialmente, foram analisadas as principais normas jurídicas aplicáveis ao licenciamento ambiental, com destaque para a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81).

Em seguida, procedeu-se ao exame de literatura acadêmica e técnica sobre o tema, sobretudo na Plataforma Google Acadêmico, a fim de compreender os aspectos legais e técnicos do licenciamento ambiental quanto as críticas, dificuldades e limitações práticas de sua implementação em grandes empreendimentos de infraestrutura,

como a Rota Bioceânica.

Resultados e Discussão

A implantação da Rota desponta como um dos maiores projetos de integração da América do Sul e diante da sua magnitude, seus impactos devem ser cuidadosamente avaliados no processo de licenciamento.

Trata-se de empreendimento de grande porte, transfronteiriço e com elevado potencial de interferência sobre diferentes ecossistemas. O risco de fragmentação de habitats, a alteração do regime hidrológico, a introdução de espécies exóticas e o aumento da pressão sobre recursos hídricos figuram entre os impactos potenciais que precisam ser avaliados no processo de licenciamento, inclusive os impactos indiretos, como o aumento da exploração de recursos naturais e a ocupação irregular do solo.

O licenciamento da Rota Bioceânica deve considerar aspectos estratégicos relacionados à sustentabilidade de longo prazo e considerando sua dimensão transfronteiriça torna-se imprescindível a cooperação internacional em matéria ambiental, tanto no planejamento quanto na execução de medidas mitigadoras.

Conclusão

Diante dos resultados obtidos, concluiu-se que a Rota Bioceânica representa uma oportunidade de integração regional e desenvolvimento econômico, mas só terá sustentabilidade se for conduzida sob rigoroso licenciamento ambiental, com transparência, participação social e respeito à biodiversidade e às comunidades afetadas.

É imprescindível que os países envolvidos fortaleçam mecanismos de cooperação internacional, assegurando que os impactos transfronteiriços sejam avaliados e mitigados.

Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Referências

ARGUELHO, Joelma Fernandes; LOUBET, Luciano Furtado; DE EUGENIO, Carmen; BORGE, Pedro Pereira. Necessidade de Avaliação Ambiental Estratégica na Rota Bioceânica em Mato Grosso do Sul. *Interações*, Campo Grande, v. 24, n. 4, p. e2444167, 2023. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4167>. Acesso em: 16 set. 2025.

DA COSTA, Maria Sarajane Farias; DE ALBUQUERQUE, Helder Neves. O licenciamento ambiental no Brasil e os seus desafios na proteção do meio ambiente. *Revista Saúde e Meio Ambiente*, v. 12, n. 02, p. 101-115, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/10171>. Acesso em: 17 set. 2025.

TOMA, Beatriz Mayumi de Oliveira; DA SILVA JAQUES, Abner. Rota Bioceânica, meio ambiente e direitos sociais: o papel do observatório UniRILA no auxílio à formulação de políticas públicas sustentáveis. *Multitemas*, [S. l.], v. 30, n. Especial, p. p. 11–18, 2025. Disponível em: <https://interacoes.u.ucdb>. Acesso em: 17 set. 2025.